



31957206



08001.000984/2025-97



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Gabinete do Ministro
Assessoria de Comunicação Social - GM

NOTA TÉCNICA Nº 5/2025/ASCOM/GM/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08001.000984/2025-97

INTERESSADO: ASCOM/GM

1. RESPOSTA AO DESPACHO 125 (SEI Nº [31915324](#)) - (RE)ANÁLISE QUANTO À HABILITAÇÃO TÉCNICA ([31919985](#))

1.1. Trata-se de alerta da COPLI a esta ASCOM, pelo *Teams*, quanto às descrições dos ramos de atividade da empresa RPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, presentes nas páginas 10 e 11 do SICAF E Demais Certidões - 1ª RPL COMERCIO ([31919156](#)).

1.2. Cumpre aqui rememorar a exigência do item 8.36.2 do Termo de Referência (grifo nosso):

*8.36.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas **no contrato social vigente**.*

1.3. Em que pese tal exigência (destaque-se, oriunda do modelo vigente de TR da AGU), e em cumprimento ao disposto no art. 12, inciso III, da Nova Lei de Licitações (NLL), far-se-á desta feita a análise das informações contidas no SICAF.

1.4. Nota-se no cadastro da empresa o CNAE 6399-2/00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente, no qual **o serviço de *clipping* pode ser enquadrado**.

1.5. Atendida, assim, a exigência quanto ao ramo de atividade da empresa, **restam mantidos os termos da análise realizada** nos itens 2.6 a 2.10 da Nota Técnica 4 Análise de Proposta e da Habilitação Técnica ([31926722](#)) **quanto aos atestados e demais documentações técnicas apresentadas**.

1.6. Aqui **altera-se, porém, o fechamento da referida NT**, de modo a tornar a manifestação mais conclusiva, e de modo a, novamente, dar cumprimento ao disposto no art. 12, inciso III, da NLL:

1.7. Ante todo o exposto, **conclui-se pela necessidade de realização de diligência para a apresentação de documentação complementar**, com fulcro nos itens 2.6 a 2.10 da Nota Técnica 4 Análise de Proposta e da Habilitação Técnica ([31926722](#)). Reforce-se, ainda, a ausência da declaração exigida nos itens 8.34 e 8.35 do TR.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Mary Almeida Soares, Coordenador(a) Institucional**, em 12/06/2025, às 13:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31957206** e o código CRC **7B024C2D**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.